

OS MÚSICOS NA CIDADE DO SALVADOR: O PROTESTO DE 1993

Wadson Barbosa Calasans Pereira¹

RESUMO: *O presente artigo analisa um protesto organizado pelo Sindicato dos Músicos na cidade do Salvador em 1993. Através de uma manifestação, realizada pelo sindicato da categoria, bem como outros músicos não vinculados a este, procuramos demonstrar algumas contradições das relações de trabalho e igualmente algumas representações sobre os músicos construídas pela sociedade soteropolitana, através das fontes jornalísticas e oficiais.*

Palavras-chave: Protesto; Músicos; Sindicato; Prefeitura; Carnaval

INTRODUÇÃO

Este texto representa parte de uma pesquisa que foi iniciada em junho de 2005, e que segue em andamento ao longo deste ano. A pesquisa gira em torno de um protesto que aconteceu no ano de 1993 na cidade do Salvador. O protesto, que foi organizado pelo Sindicato dos Músicos, ocorreu num contexto de crise política e econômica do Brasil.

Analizamos tal protesto levando em consideração tanto as condições materiais de alguns músicos da época, como também algumas representações feitas pela sociedade soteropolitana sobre este tipo de profissional. Os conflitos sociais não podem ser reduzidos ao protesto político e serem vistos apenas como parte de um sistema político. A confrontação com o sistema político e com o Estado é apenas um fator mais ou menos importante na ação coletiva (MELUCCI, 1989).

Nesta pesquisa que estamos desenvolvendo, para monografia de conclusão de curso, privilegiamos o uso das fontes jornalísticas, bem como alguns depoimentos realizados por músicos que fizeram parte do protesto. Além de trabalharmos com os cinco maiores jornais da época, consultamos também os Diários Oficiais do Município e do Estado. Sobre as entrevistas, escolhemos deliberadamente, músicos que não fizessem parte do Sindicato dos Músicos, para a realização desta. O perfil dos músicos que optamos para estabelecermos um diálogo foi o de músicos que tinham, na época, dificuldade para sobreviver do seu trabalho no mercado musical de Salvador – especificamente o carnaval, no caso do nosso estudo.

Efetivamente, a escolha de indivíduos que apresentassem para nós uma dificuldade, no sentido mais amplo do termo, de gerir a sua subsistência através de seu trabalho deriva de dois motivos: primeiro, as evidências, e segundo, a nossa proposta teórico-metodológica. Nesse passo, percebemos nos jornais da época, por exemplo, que alguns manifestantes não tiveram as suas falas nas reportagens. Os jornais privilegiaram as falas dos integrantes do Sindicato e de alguns parlamentares que compunham o governo municipal. Não queremos afirmar com isto que os integrantes do Sindicato da categoria não tinham dificuldade de prover a sua subsistência, decorrendo deste motivo a não escolha de seus integrantes para a realização das entrevistas.

Neste sentido, estamos preocupados em compreender as diferentes experiências dos sujeitos que fizeram parte do protesto, mas que não tiveram a oportunidade, no período ora trabalhado, de trazerem à luz estas experiências. Queremos destacar as contradições nas relações

¹ Graduando em Licenciatura e Bacharelado em História, pela Universidade Católica do Salvador; E-mail: wadson.calasans@gmail.com. Orientador: Prof. Dr. Wellington Castellucci Junior, do Departamento de História da Universidade Católica do Salvador.

de trabalho, desconstruir a imagem que se tem dos músicos como sendo uma categoria homogênea e não hierarquizada, e por fim, as diferentes representações que a sociedade soteropolitana tinha dos músicos no período histórico ora trabalhado. Deste modo, os jornais constituem uma importante fonte para melhor se compreender o imaginário de uma época. A imprensa deve, neste sentido, ser pensada como uma representação construída sobre o real, sobre a qual incidem determinados filtros deformadores que cabe ao historiador determinar e equacionar em suas análises (ESPIG, 1998).

APRESENTAÇÃO DO OBJETO

No dia 29/12/1993 houve um protesto dos músicos em Salvador, organizado pelo Sindicato dos Músicos, Sindimúsicos. O Sindicato negociava com a prefeitura o cachê dos músicos aprovados num concurso promovido em parceria pelas instituições – concurso que tinha como objetivo o preenchimento das vagas oferecidas por estas últimas para a atuação dos músicos no “carnaval de bairro” (SALVADOR, 1993).

Num primeiro momento, o Sindicato acordou com a prefeita, na época Lidíce da Mata, que disputara as eleições de outubro de 1992 e tomara posse do cargo em 02 de janeiro de 1993, uma liberação de verba para esta entidade no valor de US\$ 1.340.000, cerca de 33% dos US\$ 4.600.000,00 do orçamento da prefeitura, na época, destinado para o carnaval de 1994. Este valor correspondia ao pagamento das bandas de bairro, e excluía deste montante, as chamadas “atrações consolidadas pelo mercado”². Ao longo das negociações, que já vinham acontecendo desde o mês de outubro daquele mesmo ano, várias propostas foram apresentadas pelo Sidimúsicos à prefeitura, uma das quais, por exemplo, foi o pedido inicial de 46% do orçamento para o carnaval de 1994, proposta feita com o intuito, talvez, de se fixar um percentual mais condizente para as partes (A TARDE, 1993).

Com efeito, a EMTURSA, um dos órgãos responsáveis do poder público pela administração da verba pública, ofereceu como contraproposta 25%; depois de muita conversa fixou-se em 33% do orçamento, como já mencionamos anteriormente. Assim sendo, a comissão de negociação do Sindicato argumentou que além desse percentual, seria necessário, para que nenhum músico saísse prejudicado, tanto os dos circuitos oficiais – Barra-Ondina e Campo Grande -, que eram na maioria dos casos músicos de bandas famosas, como também os dos circuitos “não oficiais”³, um cachê adicional, sendo este último para o pagamento apenas das atrações consolidadas pelo mercado.

Entretanto, com a entrada da comissão do carnaval – comissão formada para redefinir alguns pontos das negociações – nas reuniões, a coisa mudara de rumo. A comissão do carnaval era formada por vereadores e o Secretário de Comunicação da prefeitura, Domingos Leonelli. Segundo o presidente do Sidimúsicos, na época Franklin Oliveira Júnior, o Secretário Domingos Leonelli fez a prefeita voltar atrás nas negociações, que já haviam se concretizado em fins de novembro (CORREIO DA BAHIA, 1993). De certo, depois da intervenção da comissão do carnaval nas negociações, a prefeita Lidíce entendeu que os 33% negociados com o Sindicato, com vistas ao pagamento apenas das atrações dos carnavais de bairros, deveriam levar também

² Consideramos “atrações consolidadas pelo mercado” bandas que gozavam de um prestígio nacional no cenário musical brasileiro no período ora tratado. Artistas que freqüentemente estavam nos grandes veículos de comunicação da época.

³ Todos os circuitos carnavalescos organizados pelo poder público são oficiais; no caso de Salvador, por exemplo, o circuito Barra-Ondina, o circuito Campo Grande e as dezenas de palcos que são montados nos diferentes bairros da cidade, todos estes constituem, de diferentes modos, a oficialidade da festa. Contudo, quando consideramos os carnavais de bairro como não sendo um circuito oficial, é no sentido de que este não goza, no período histórico ora discutido, do mesmo prestígio do circuito que é freqüentemente utilizado nas propagandas turísticas, tanto do poder público, como dos agentes particulares: o circuito Barra-Ondina e o circuito Campo Grande.

em consideração as atrações consolidadas pelo mercado, isto é, as atrações famosas. Há que se destacar a participação da Federação dos Clubes Carnavalescos – entidade que representava o corpo dos empresários donos de blocos – nas negociações. Esta instituição era contra a quantia acordada entre a prefeitura e o Sindicato dos Músicos no valor de US\$ 1.340.000, somente para o pagamento dos músicos participantes dos carnavais de bairros.

Assim sendo, o SindiMúsicos organizou um protesto com a intenção de tentar marcar uma nova audiência e ao mesmo tempo de fazer a prefeitura renegociar e rever a sua posição. É com esta intenção, portanto, que cerca de 200 músicos acompanharam Franklin Oliveira Junior, o então presidente do SidiMúsicos e um dos principais articuladores do protesto, no dia 29/12/1993, às 15:00 hs, na tentativa de ocupação da sede da prefeitura da cidade do Salvador. Imediatamente à ocupação, o Secretário de Comunicação da prefeitura, Domingos Leonelli, convocara o 18º Batalhão da Polícia Militar para reprimir a manifestação, considerada por ele como “ato de vandalismo”. Dezenove pessoas feridas, uma com fratura de costela, sete com hematomas na cabeça, braços e punhos, e os que restaram, com arranhões e machucados. Este foi o saldo que a polícia militar deixara para os manifestantes.

No dia seguinte ao acontecido, os cinco jornais de grande circulação no Estado trouxeram estampado em suas manchetes os seguintes conteúdos:

‘Músicos pedem cachê e ganham socos e tapas. A pressão feita pelo Sindicato dos Músicos para ser recebido em mais uma reunião, pela prefeita Lídice da Mata, a fim de negociar o cachê dos músicos durante o carnaval de 94, terminou em pancadaria, com o número de 19 feridos. A confusão começou quando cerca de 200 músicos ocuparam o térreo e o primeiro andar do Palácio Tomé de Souza para forçar mais uma audiência com a prefeita e a EMTURSA e foram reprimidos pelos PMs que fazem a segurança do local. Imediatamente teve início um festival de pancadaria, com direito a socos, pontapés, cassetetas e bombas de gás lacrimogênio. Os músicos revidaram atirando pedras nas vidraças do prédio.” (BAHIA HOJE, 1993)

‘Pancadaria acaba com protesto dos músicos. Um confronto entre policiais e músicos resultou em 15 feridos, durante um protesto organizado pelo Sindicato dos Músicos, em frente ao prédio da prefeitura, na Praça Municipal. Inconformados com a decisão do secretário municipal de comunicação, Domingos Leonelli, de desautorizar um acordo entre o município e os músicos, para que estes tocassem durante o carnaval de 94 em troca de um cachê global de US\$ 1,3 milhão, 400 membros da categoria se concentraram defronte da prefeitura e, em dado momento, com os ânimos exaltados, passaram a apedrejar os vidros laterais. Domingos Leonelli solicitou a presença do 18º Batalhão da PM; para conter os manifestantes, os policiais deram tiros para o alto, jogaram bombas de gás lacrimogênio e bateram à esmo nas pessoas com cassetetes. O presidente do Sindimúsicos, Franklin de Carvalho, disse que os depredadores não pertenciam ao movimento a acusou os seguranças da prefeitura de terem iniciado as agressões.” (A TARDE, 1993)

‘Músicos fazem barulho na praça. Os músicos fizeram ontem uma manifestação na Praça Municipal e a polícia militar precisou intervir com rigor para evitar a invasão do prédio da prefeitura. O conflito gerou um mal-estar e algumas pessoas se feriram. O secretário de comunicação, Domingos Leonelli, considera o episódio um ato de vandalismo dos músicos, consequência de incitação irresponsável por parte do sindicato dos profissionais e alguns políticos contraditoriamente unidos.” (TRIBUNA DA BAHIA, 1993)

“**Músicos fazem quebre-quebra na prefeitura.** Liderados por gente do sindicato da categoria, um grupo de músicos invadiu ontem o prédio da prefeitura, arrombando portas e quebrando vidraças. Segundo os músicos, uma comissão eleita por eles entrou no prédio para discutir o cachê para o próximo carnaval com a prefeita Lídice da Mata, mas não foi atendida. Soldados da polícia militar foram acionados para controlar o tumulto. Os PMs cercaram a prefeitura e retiraram os manifestantes do local. No confronto, alguns músicos acabaram feridos, inclusive o presidente do sindicato, Franklin Oliveira.” (CORREIO DA BAHIA, 1993)

“**Músicos invadem prefeitura para ganhar mais no carnaval.** Acabou em tumulto, quebre-quebra e muitos feridos a manifestação do sindicato dos músicos, ontem à tarde, na Praça Municipal. Tentando obter cachês mais altos para tocar no carnaval – exigem 300 dólares por hora –, eles se concentraram na frente do Palácio Tomé de Souza e em assembléia decidiram pelo que chamaram de “ocupação pacífica”. Os ânimos exaltados, no entanto, transformaram a ocupação em invasão, que não pôde ser contida pelos 11 seguranças civis e militares que estavam em serviço. Os invasores deixaram, um rastro de vidraças quebradas, portas danificadas e extintores de incêndio arrancados.” (JORNAL DA BAHIA, 1993)

O jornal Bahia Hoje destaca que o motivo, pelo qual o protesto foi realizado, foi a tentativa do Sindicato dos Músicos, através da manifestação, de conseguir marcar uma audiência com a prefeita Lídice da Mata. O Jornal afirma que depois da ocupação feita pelos músicos no palácio Tomé de Souza, estes foram reprimidos pelos policiais que faziam segurança no local. Percebe-se na pequena matéria do jornal Bahia Hoje, uma preocupação em narrar o acontecido como sendo uma reação dos músicos à repressão da polícia militar. Com efeito, a matéria demonstra uma situação para o leitor de uma ação praticada primeiro pelos policiais, gerando como conseqüência, a reação dos manifestantes.

O jornal A Tarde narrou o mesmo fato com uma perspectiva completamente diferente do jornal Bahia Hoje. Ele passa uma mensagem, para o seu leitor, de um protesto que tem como causa um inconformismo por parte dos manifestantes em relação à decisão da prefeita, de desautorizar, influenciada pelo Secretário de Comunicação da prefeitura, o acordo que já tinha sido firmado entre o Sindicato e esta última. O jornal não coloca como sendo a causa do protesto, isto é, o motivo precípua, a tentativa de marcar mais uma audiência com a prefeita. Ao contrário, demonstra, efetivamente, uma intolerância e igualmente uma “predisposição” dos músicos, por conta das circunstâncias, para apedrejarem os vidros do Palácio Tomé de Souza, prédio da prefeitura de Salvador. Neste sentido, a ação dos policiais é vista de outro ângulo: como sendo uma ação necessária e inevitável, já que os manifestantes se concentraram em frente à prefeitura, já inconformados com a situação, e começaram por este motivo o apedrejamento.

O jornal Tribuna da Bahia não informa para o seu leitor ao menos o motivo do protesto. Expõe somente que os músicos fizeram uma manifestação e que a polícia militar precisou intervir com rigor. Isto por si já denota a posição do Jornal ante a manifestação.

Diferente do Bahia Hoje, que cita o nome da prefeita de Salvador, sem contudo emitir o juízo dela sobre o protesto, o jornal Tribuna da Bahia privilegia a opinião de um ator apenas, e diga-se de passagem, um ator ligado ao poder público. O jornal A Tarde, por exemplo, cita a ação praticada pelo Secretário de Comunicação e cita também a ação dos músicos, e, por fim, traz a fala do presidente do Sindicato, Franklin de Carvalho.

Segundo a matéria do jornal Tribuna da Bahia, a polícia precisou agir a fim de evitar a “invasão” dos músicos ao prédio da prefeitura. Sobre a repressão da manifestação, informa vagamente que o conflito gerou um mal-estar e que alguns pessoas se feriram. E em última análise, emite para o leitor o julgamento do Secretário de Comunicação sobre a ação do

Sindicato e igualmente a sua interpretação dos motivos que levaram os músicos a realizarem o protesto: “conseqüência de incitação irresponsável por parte do sindicato dos profissionais e alguns políticos contraditoriamente unidos”.

Por fim, esta última passagem da matéria põe em relevo uma questão interessante: notamos ao longo do nosso diálogo com os jornais, que existia uma situação de disputa político-partidária, tanto da parte do Sindicato – os partidos que compunham o Sindicato dos Músicos – como da parte de alguns parlamentares que faziam parte da composição do governo municipal. O jornal Correio da Bahia evidencia nas primeiras linhas de sua matéria o “estrago” provocado por um grupo de músicos que, segundo o jornal, invadiu o prédio da prefeitura e destruiu portas e vidraças. Sobre o motivo da “invasão” e suas conseqüências, coloca para o leitor que uma comissão eleita pelo os músicos entrou no prédio da prefeitura – o jornal não deixa claro se tal comissão teve o aval ou não para entrar no prédio – para discutir o cachê do carnaval com a prefeita, mas não foi atendida. Com efeito, o jornal traz uma relação de causa e conseqüência entre o não atendimento da prefeita à comissão e o estrago deixado por esta ao prédio da prefeitura. O jornal não informa ao seu leitor a existência de um protesto e o motivo deste. Ao contrário, informa apenas a existência de uma invasão feita por um grupo de músicos liderados, nas palavras do jornal, “por gente do sindicato da categoria”. Sobre a ação da polícia, não deixa muito claro o motivo pelo qual esta foi acionada. Apresenta uma situação de tumulto, provocada, infere-se, pelos músicos, e a necessidade da polícia retirar os manifestantes do prédio da prefeitura. Por fim, demonstra uma realidade de confronto entre a polícia e os manifestantes, bem como a existência de alguns músicos feridos, destacando o presidente do Sindicato.

Por fim, analisaremos o Jornal da Bahia, que traz para o seu leitor as seguintes informações: informa nas primeiras linhas a existência de uma manifestação, bem como o turno e o local onde esta ocorreu, e destaca também suas conseqüências. Mais adiante, diz que o motivo da manifestação era a tentativa dos músicos de conseguirem cachês mais altos para tocar no carnaval. Segundo o jornal, os músicos exigiam 300 dólares por hora para trabalharem na festa. O jornal afirma que a categoria, por decisão em assembléia, se concentrou em frente ao palácio, e decidiu, num dado momento, ocupar o prédio da prefeitura pacificamente – o jornal não deixa explícito, contudo, o motivo desta decisão. Em seguida informa que, como os “ânimos estavam exaltados”, provavelmente muito mais os ânimos da categoria do que o do poder público, a ocupação se transformou em “invasão”.

Com efeito, após o uso do termo invasão, a matéria descreve imediatamente uma situação dos policiais tendo dificuldade de conter os “invasores” que, deduz-se, estavam dispostos a “tudo”, e por isso mesmo, deixaram um rastro de vidraças quebradas, portas danificadas e extintores de incêndio arrancados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos, através de algumas evidências trabalhadas, que havia uma situação de disputa partidária provocada tanto pelo Sindicato como pela prefeitura. Os partidos que compunham o governo da prefeita Lídice estavam, infere-se, em confronto entre si, e por isso mesmo, preocupavam-se muito mais com esta situação e seus possíveis resultados do que a necessidade de resolver, por exemplo, a questão dos músicos.

Por um lado, nota-se um Sindicato que se pronuncia em nome da categoria, mas que ao mesmo tempo subestima, por assim dizer, os músicos participantes do protesto; reduz a manifestação à disputa político-partidária, isto é, disputa entre as forças partidárias que compunham o governo municipal, e as forças partidárias que compunham o quadro do Sindicato. Por outro, vê-se uma tomada de posição rigorosa do poder público em relação ao protesto realizado pelo Sindicato e pelos músicos.

Constata-se que tal postura visava atingir os planos do Sindicato da categoria, e não levava em consideração, ao que tudo indica, a realidade múltipla e abrangente dos outros manifestantes. Com efeito, deduz-se, através das evidências trabalhadas, que o governo municipal, pelo menos a maioria dos seus integrantes, via a manifestação feita pelos quase 300 músicos como um mero reflexo das aspirações políticas e econômicas do Sindicato da categoria.

Em última análise, os participantes apareciam para o poder público como mera “massa de manobra”, orientada fielmente pelo Sindicato. Há que se destacar que a mesma visão tinha o Sindicato sobre a categoria.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. **A indústria cultural e sociedade**. LEVY...et al. (tradução) 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. ABREU, Estela dos Santos (tradução). Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DÓRIA, Carlos Alberto. **Os Federais da Cultura**. São Paulo: Biruta, 2003.

ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, vol. 24, nº 2, p. 269-289, dez. 1998.

GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização Reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova Revista de Cultura e Política**, São Paulo, nº 17, p. 49-65, jun. 1989.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10ª ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2003.

TOURAINÉ, Alain. **Podemos viver juntos? Iguais e diferentes**. Os Movimentos Sociais. Rio Grande do Sul: Vozes, 1999.

Periódicos

Cachê dos músicos no carnaval será decidido na terça-feira. **Diário Oficial do Município**, Salvador, 03 de dez. 1993 p.1.

Lídice considera invasão da prefeitura violência contra a democracia. **Diário Oficial do Município**, Salvador, 30 de dez. 1993 p.1.

Lídice desperta interesse de empresários com plano do carnaval. **Diário Oficial do Município**, Salvador, 16 de dez. 1993 p.1.

Músicos fazem barulho na praça. **Tribuna da Bahia**, Salvador, 30 de dez. 1993. 2º Caderno p. 1.

Músicos fazem quebra-quebra na prefeitura. **Correio da Bahia**, Salvador, 30 de dez. 1993. p.9.

Músicos invadem prefeitura para ganhar mais no carnaval. **Jornal da Bahia**, Salvador, 30 de dez. 1993. p. 2.

Músicos pedem cachê e ganham socos e tapas. **Bahia Hoje**, Salvador, 30 de dez. 1993. p. 3.

Pancadaria acaba protesto de músicos. **A Tarde**, Salvador, 30 de dez. 1993. p. 3.

Para se entender a questão do sindicato dos músicos em relação ao carnaval e a Prefeitura de Salvador. **Diário Oficial do Município**, Salvador, 27 e 28 de dez. 1993 p.12.

Prefeita mostra em São Paulo plano para patrocínio do carnaval. **Diário Oficial do Município**, Salvador, 15 de dez. 1993 p.1.

Prefeita tem encontro com músicos da Bahia. **Diário Oficial do Município**, Salvador, 07 de dez. 1993 p.1.

Prefeitura busca em São Paulo patrocinadores para o carnaval. **Diário Oficial do Município**, Salvador, 14 de dez. 1993 p.18.

Prefeitura estudará reivindicações dos músicos. **Diário Oficial do Município**, Salvador, 09 e 10 de dez. 1993 p.1.

Presidente da Câmara é contra ação de músicos. **Diário Oficial do Município**, Salvador, 30 de dez. 1993 p.52.